

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.311.301 - MG (2018/0142667-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : IONILDA MARIA BORGES CPF: 248.514.006-59 -  
MICROEMPRESA  
**OUTRO NOME** : ULTRATINTAS INDUSTRIA QUIMICA LTDA - ME  
**ADVOGADO** : LUIZ FERNANDO SILVA E OUTRO(S) - MG067916  
**AGRAVADO** : STEEL ROL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS  
METÁLICAS LTDA  
**ADVOGADO** : LUIZ PAULO FERRAZ DE ARAUJO E OUTRO(S) - SP126506

### **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO  
PROCESSUAL CIVIL DE 2015. APELAÇÃO CÍVEL.  
EMBARGOS À EXECUÇÃO. DUPLICATA MERCANTIL.  
PROTESTO POR INDICAÇÃO, JUNTAMENTE COM A  
DEMONSTRAÇÃO DE ENTREGA DA MERCADORIA.  
VIABILIDADE DO FEITO EXECUTIVO.  
PRECEDENTES. ENTENDIMENTO DIVERSO.  
NECESSIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA.  
APLICAÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.  
DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONHECIDO.  
AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO  
AO RECURSO ESPECIAL.*

### **DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por IONILDA MARIA BORGES CPF: 248.514.006-59 - MICROEMPRESA contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que inadmitiu o seu recurso especial manejado em face do acórdão assim ementado (fls. 436-437, e-STJ):

*APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO  
EXTRAJUDICIAL - AGRAVO RETIDO - PROVIDO -  
DOCUMENTOS ANEXADOS À PEÇA DE DEFESA - MANTIDOS  
- DUPLICATA DE COMPRA E VENDA DE MERCADORIAS -  
AUSÊNCIA DE ACEITE - IRRELEVÂNCIA - PROVA DA  
ENTREGA E RECEBIMENTO DAS MERCADORIAS - ACEITE  
POR PRESUNÇÃO - NÃO RECONHECIMENTO DAS  
ASSINATURAS - ÔNUS DA PROVA DO DEVEDOR - PROTESTO  
NO ENDEREÇO CONSTANTE DA DUPLICADA - VALIDADE.  
Deve ser dado provimento ao agravo retido de modo a*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*declarar a revelia da parte que apresentou contestação aos embargos fora do prazo legal. Verificado nos autos que o juízo de 1º grau deferiu o pedido de ampliação do prazo para contestação, cabe ao Colegiado de 2ª instância rever a decisão, para cassar a dilação concedida. A publicação feita em nome de um dos advogados com procuração nos autos torna perfeita e válida a intimação realizada no órgão oficial, independentemente do fato de o procurador constituído residir em outro estado de federação. Conforme decidido pelo STJ, "Ao órgão julgador é permitido ordenar a permanência, nos autos, da procuração e dos documentos que acompanham a contestação, não obstante a intempestividade desta" (REsp 556.937/SP).*

*A duplicata devidamente protestada, muito embora sem aceite, desde que acompanhada de comprovante de entrega e recebimento da mercadoria, constitui título hábil a aparelhar processo de execução, conforme já decidiu o STJ (REsp 997.677). Comprovado pelos recibos apostos na nota fiscal a entrega das mercadorias, cabe ao devedor demonstrar a presença dos motivos ensejadores de sua recusa em pagar o valor dos bens recebidos, na forma dos arts. 7º e 8º, da Lei nº 5.474/68. Não havendo recusa formal em relação ao recebimento das mercadorias considera-se o aceite da duplicata por presunção. A alegação de desconhecimento das assinaturas e dos carimbos que constam das respectivas notas fiscais comprovando o recebimento das mercadorias não tem o condão de negar validade à prova escrita, porquanto não devidamente demonstrada, ônus que competia ao embargante. Cabe ao devedor comprovar de forma contundente que as assinaturas apostas na nota fiscal pertencem a pessoa estranha ao seu quadro de funcionários. Não há que se falar em desconhecimento do endereço indicado nas notas fiscais e nas certidões de protestos,*

*quando comprovado nos autos que outras mercadorias foram recebidas pelo devedor no mesmo endereço e, inclusive dadas como quitadas pelo credor. Havendo o Tabelião de Protesto, cuja atuação goza de presunção de fé pública, certificado a intimação do devedor no endereço indicado na nota fiscal, com o recebimento do AR, e logo após ter protestado o título por falta de pagamento, demonstrada está a correção do endereço constante dos títulos. É ônus do autor, na forma do art. 373, inc. I, do CPC, provar os fatos constitutivos de seu direito, de forma que lhe cabia derruir o protesto levado a efeito pelo Tabelião de Protestos quanto à sua validade.*

# Superior Tribunal de Justiça

Nas razões do recurso especial (fls. 456-491, e-STJ), a recorrente apontou, além da existência de dissídio jurisprudencial, violação dos seguintes dispositivos normativos: arts. 373, inciso II, combinado com 374, incisos II e III, 783, combinado com o art. 803, inciso I, do CPC/2015; art. 6º, § 1º, da Lei nº 5.474/1968; art. 13, §1º, *in fine*, da LD e art. 21, §3º, da Lei nº 9.492/1997, sustentando, em síntese: a) ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do feito executivo; b) descon sideração dos efeitos da revelia; c) inexistência de entrada das mercadorias; d) irregularidade do protesto; e) falta de comprovação dos pressupostos legais do título; f) nulidade da execução por irregularidade quanto aos pressupostos de constituição do título (certeza, liquidez e exigibilidade); g) o protesto por indicação, caso dos autos, que se quer executar "por indicação", somente é cabível quando se tem a recusa de devolução ao envio para aceite.

Sem contrarrazões (fl. 501, e-STJ).

Em decisão monocrática (fls. 503-504, e-STJ), foi inadmitido o apelo nobre, motivo pelo qual foi interposto o agravo em recurso especial (fls. 507-544, e-STJ).

Contraminuta ofertada às fls. 546-553, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

Registra-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

No mais, a irresignação não merece prosperar, uma vez que este Tribunal Superior, considerando que a duplicata constitui título de crédito causal, vinculado à comprovação da ocorrência da causa *debendi*, sem a qual não se reconhece a executividade daquele, já se pronunciou no sentido de que, uma vez apurado pelas

instâncias ordinárias a existência da entrega das mercadorias que conferem lastro à expedição da cártula, é autorizado o protesto, afastada qualquer ilicitude resultante desta circunstância, nos termos dos precedentes a seguir:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE TÍTULO C/C INDENIZATÓRIA - DUPLICATA VIRTUAL - PROTESTO POR INDICAÇÃO DE BOLETO BANCÁRIO DEVIDAMENTE ACOMPANHADO DO COMPROVANTE DE ENTREGA DA MERCADORIA - POSSIBILIDADE - PRECEDENTES - ATO ILÍCITO - INEXISTÊNCIA - AGRAVO IMPROVIDO. (AgRg no AREsp 121.263/GO, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, DJe 04/12/2012) EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA DEMONSTRADA. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. DUPLICATA VIRTUAL. PROTESTO POR INDICAÇÃO. BOLETO BANCÁRIO ACOMPANHADO DO INSTRUMENTO DE PROTESTO, DAS NOTAS FISCAIS E RESPECTIVOS COMPROVANTES DE ENTREGA DAS MERCADORIAS. EXECUTIVIDADE RECONHECIDA.*

*1. Os acórdãos confrontados, em face de mesma situação fática, apresentam solução jurídica diversa para a questão da exequibilidade da duplicata virtual, com base em boleto bancário, acompanhado do instrumento de protesto por indicação e das notas fiscais e respectivos comprovantes de entrega de mercadorias, o que enseja o conhecimento dos embargos de divergência.*

*2. Embora a norma do art. 13, § 1º, da Lei 5.474/68 permita o protesto por indicação nas hipóteses em que houver a retenção da duplicata enviada para aceite, o alcance desse dispositivo deve ser ampliado para harmonizar-se também com o instituto da duplicata virtual, conforme previsão constante dos arts. 8º e 22 da Lei 9.492/97. 3. A indicação a protesto das duplicatas mercantis por meio magnético ou de gravação eletrônica de dados encontra amparo no artigo 8º, parágrafo único, da Lei 9.492/97. O art. 22 do mesmo Diploma Legal, a seu turno, dispensa a transcrição literal do título quando o Tabelião de Protesto mantém em arquivo gravação eletrônica da imagem, cópia reprográfica ou micrográfica do título ou documento da dívida.*

*4. Quanto à possibilidade de protesto por indicação da duplicata virtual, deve-se considerar que o que o art. 13, § 1º, da Lei 5.474/68 admite, essencialmente, é o protesto da duplicata com dispensa de sua apresentação física, mediante simples indicação de seus elementos ao cartório de protesto.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Daí, é possível chegar-se à conclusão de que é admissível não somente o protesto por indicação na hipótese de retenção do título pelo devedor, quando encaminhado para aceite, como expressamente previsto no referido artigo, mas também na de duplicata virtual amparada em documento suficiente.*

*5. Reforça o entendimento acima a norma do § 2º do art. 15 da Lei 5.474/68, que cuida de executividade da duplicata não aceita e não devolvida pelo devedor, isto é, ausente o documento físico, autorizando sua cobrança judicial pelo processo executivo quando esta haja sido protestada mediante indicação do credor, esteja acompanhada de documento hábil comprobatório da entrega e recebimento da mercadoria e o sacado não tenha recusado o aceite pelos motivos constantes dos arts. 7º e 8º da Lei.*

*6. No caso dos autos, foi efetuado o protesto por indicação, estando o instrumento acompanhado das notas fiscais referentes às mercadorias comercializadas e dos comprovantes de entrega e recebimento das mercadorias devidamente assinados, não havendo manifestação do devedor à vista do documento de cobrança, ficando atendidas, suficientemente, as exigências legais para se reconhecer a executividade das duplicatas protestadas por indicação.*

*7. O protesto de duplicata virtual por indicação apoiada em apresentação do boleto, das notas fiscais referentes às mercadorias comercializadas e dos comprovantes de entrega e recebimento das mercadorias devidamente assinados não descuida das garantias devidas ao sacado e ao sacador.*

*8. Embargos de divergência conhecidos e desprovidos. (REsp 1024691/PR, SEGUNDA SEÇÃO, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, DJe 29/10/2012)*

No caso concreto, o Tribunal local decidiu acerca da regularidade das duplicatas virtuais servirem de suporte fático para viabilizar o processo executivo com base nas seguintes fundamentações (fls. 442/447-449, e-STJ):

*Cuida-se de embargos à execução, no qual a empresa embargante sustenta o desconhecimento dos documentos que dão azo à execução, forte na alegação de que as assinaturas apostas na notafiscal são ilegíveis e que o endereço do protesto é diverso do seu endereço comercial.*

*(...)*

*Nessa trilha, resta certo que ante a falta de aceite, conforme já decidido pelo c. STJ, a duplicata mercantil é considerada um título executivo extrajudicial, desde que devidamente*

# *Superior Tribunal de Justiça*

protestada (REsp nº 1102206/SP).

Depreende-se que, por presunção, houve o aceite por parte da ora apelante, uma vez que, cuidou a exequente de juntar as notas fiscais das referidas duplicatas, conforme se avista de fls. 83/88, nas quais há demonstração dos recibos e carimbo da ora apelante/embargante.

Como já alinhavado, a alegação da apelante de que não recebeu as mercadorias e de que não reconhece as assinaturas restou solteira nos autos. Como dito, lhe incumbia provar que as assinaturas constantes do corpo das notas fiscais pertencem a pessoas estranhas aos seus quadros.

Como bem consignou a Magistrada "a quo" em sua decisão, in verbis: **Não há como acolher a tese da embargante de que as assinaturas apostas nas notas fiscais estão ilegíveis, pois foram recebidas pelas pessoas de Alessandra M A. Manzan e Everton Augusto Silva.**

**Destaco ainda que a embargante não negou que tenha realizado outras transações com a embargada e nestas as mercadorias também foram recebidas pelas mesmas pessoas que assinaram as notas fiscais que acompanham a execução, conforme se verifica das fls. 145/164 dos autos.**

[...]

Ora, na possibilidade das assinaturas, lançadas nos comprovantes de entrega das mercadorias, não pertencerem a nenhum de seus representantes legais ou funcionários, deveria a embargante ter comprovado tal alegação, apresentando, por exemplo, o livro de registro de empregados ou, ainda, através de prova testemunhal.

Reitere-se. **Competia à embargante, por força do art. 373, inc. I, do CPC, demonstrar que as assinaturas e o próprio carimbo da empresa apostos nos recibos das notas fiscais eram fraudulentos, ônus do qual não se desincumbiu.**

Cumpre consignar, que instada a manifestar-se sobre a necessidade de produção de provas, a embargante pleiteou o julgamento antecipado da lide (fl. 202).

Nessa trilha, a meu ver, restou comprovada a realização da venda mercantil, que ensejou a emissão das duplicatas impugnadas, cuja autenticidade não foi rechaçada, conforme se tem da prova colhida.

Por outro lado, a tese sustentada pela apelante de que o protesto ocorreu de forma irregular, porquanto entregue em endereço desconhecido, não coaduna com o documento constante de fl. 137, que indica como endereço da embargada como sendo Av. Santos Guido, nº 100, cidade de Uberaba, ou

# *Superior Tribunal de Justiça*

***seja, o mesmo constante das notas fiscais de fls. 145,148,153,156, 161, tidas como quitadas pela ora apelada.***

Portanto, a questão controvertida foi decidida em consonância com o entendimento desta Corte no sentido de que a duplicata virtual pode ser levada a execução, desde que instruída juntamente com a demonstração da entrega da mercadoria e a comprovação do instrumento de protesto e, diante de tais considerações, qualquer conclusão contrária a que chegou não prescinde do revolvimento do conjunto probatório carreado aos autos, o que é vedado a esta Corte por força da Súmula 07/STJ.

**Ante exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Relator